

ENTREVISTA

“Uma sociedade que não grita as suas frustrações tem muitos problemas”

Elísio Estanque é sociólogo e olha para este 1.º de Maio como um dia diferente. A rua ainda "não é inimiga" deste Governo, diz. O professor da Universidade de Coimbra defende uma abertura dos sindicatos a movimentos sociais.



LILIANA VALENTE · 1 de Maio de 2016, 8:15



Elísio Estanque defende que os sindicatos devem abrir-se a outros movimentos da sociedade ADRIANO MIRANDA

Este vai ser o primeiro Dia do Trabalhador em que o povo vai sair à rua, mas tem um Governo com o apoio de toda a esquerda. Como estão os sindicatos a lidar com esta mudança? Que marcas ficaram nos portugueses dos tempos de crise? O sociólogo Elísio Estanque falou com o PÚBLICO em Coimbra sobre as últimas mudanças que a política levou aos portugueses. O professor da Universidade de Coimbra é um defensor do protesto e do rejuvenescimento dos sindicatos.

A rua é amiga deste Governo?

Podemos dizer que não tem sido inimiga, do ponto de vista de mobilizações mais maciças, mais contestatárias. Temos um cenário novo, estamos numa espécie de zona de incerteza. Talvez essa situação de expectativa e perplexidade deva ser olhada tendo em conta o que aconteceu nos últimos cinco ou seis anos. Houve uma exaustão de medidas drásticas e negativas de expectativas frustradas, de dificuldades económicas de todo o tipo, com a pobreza a aumentar, com o desemprego a aumentar e com as migrações. Notícias, umas a seguir às outras, que pesaram sobre a sociedade, classe média e classe trabalhadora. Com o novo cenário político – embora, do ponto de vista institucional, oferecendo poucas garantias de coesão e de estabilidade – há na sociedade uma espécie de reflexo disso. Os portugueses estão na expectativa, cansados e exaustos de tantas medidas punitivas, são levados a acreditar que isto pode ser ultrapassado de uma maneira diferente.

No 25 de Abril, por exemplo ouviram-se mais pedidos do que protestos? A mensagem do Governo está a passar?

Tem passado, mas com pouca convicção. Há uma margem de dúvida grande, que o próprio Governo assume. Essa atitude de maior honestidade para com o eleitorado também conta. Não se oferecem paraísos fáceis de alcançar. Não se dão garantias de

que se está a sair da crise, de vender gato por lebre. Neste momento há uma atitude de dar o benefício da dúvida. Ainda.

Pode ter que ver com o facto de grande parte das pessoas que protestam na rua ter ligações com estes partidos?

Não pode deixar de ter influência, mesmo que o discurso oficial das centrais sindicais diga o contrário. Apesar de o PCP e o BE estarem numa espécie de limbo, parece-me haver uma grande clarividência e um certo sentido de responsabilidade e de realismo, quer por parte do PCP, quer no BE. Para quem tem valores de esquerda e faz uma análise preocupada com a coesão e justiça sociais, acho que só pode no mínimo dar o benefício da dúvida a esta solução.

Disse que os portugueses estavam cansados. É circunstancial ou é próprio do português que não se manifesta muito?

As duas coisas. Os traços culturais, patrimoniais, a nossa tradição histórica, católica, mas também as experiências de regimes que passaram no século XX com o impacto do Estado Novo e o facto de sermos uma sociedade de uma modernização muito tardia, suscitam aspectos muito particulares e específicos da sociedade portuguesa.

O povo acomodou-se?

Atendendo a essa tradição, de muitos vínculos de dependência, de práticas de

submissão em relação ao poder, aos pequenos despotismos locais, paternalismos também, os portugueses deslocaram isso do universo rural para o universo empresarial e até para o universo do próprio sector dos serviços.

Há pouco tempo dizia que a sociedade portuguesa é um “pouco individualista. Há uma cultura autoritária, e as classes baixas aceitam a dependência como inevitável, de uma forma reverente. Há um défice de autonomia individual, e uma dependência das boas almas, das dádivas dos poderosos” - é por isto?

Neste momento, o individualismo que se nota, devido à precariedade, ao crescimento do desemprego, devido à ausência de horizontes de esperança, pauta-se por uma resignação e por uma atitude de grande ansiedade, mas nessa altura, quando falei, referia-me a um défice de empreendedorismo.

O que é que a troika fez aos portugueses?

Acentuou a frustração. Impôs um modelo de austeridade e de contenção nos estilos de vida e de modalidades de consumo que no obrigou a tomar mais consciência da realidade e das dificuldades económicas. No sentido de que a sociedade percebeu melhor como é injusta. As classes médias, os extractos intermédios perderam com isso, porque tinham acreditado na ideia da

progressão e de repente aperceberam-se que não e que aqueles paraísos artificiais não passavam de miragens. Houve momentos excepcionais, em que a tampa da panela salta e as pessoas vêm para a rua e gritam - porque é importante às pessoas mostrarem a frustração enquanto catarse. Uma sociedade que não grita as suas frustrações cá para fora, é uma sociedade com mais problemas e mais patologias. E essas patologias, existem em Portugal.

Foi isso que aconteceu aos portugueses?

A ausência de protesto, de presença na esfera pública por vezes tem o outro lado da moeda, o acumular e engolir muitas angústias.

Mas não foi também a ideia do "deixo-me estar aqui quietinho a ver se vou passando pelos pingos da chuva"?

Exactamente. Porque isso é uma espécie de negação do princípio da cidadania, da democracia.

O medo de protestar voltou nessa altura?

Voltou e isso é muito visível no campo laboral.

A classe média já vê melhorias?

Neste momento, a sensação que se tem é que estamos numa zona intermédia,

cinzenta de expectativa, não se pode dizer que tenha renascido de novo a esperança e a atitude positiva, mas o facto de terem sido aliviadas algumas coisas ou começado a ser repostos alguns cortes, isso alivia um pouco, dá margem para respirar.

Essa reversão de medidas criou uma ilusão?

Há uma certa sensação de alívio e de expectativas, embora não seja ainda nada de eufórico - isso notou-se e é notado nos indicadores de consumo. Perante as notícias de crise, as pessoas estão à cautela. Estão a tentar proteger-se.

As pessoas estão a acomodar-se a viver com esse choque com a realidade?

Sim. Aprender a viver com as dificuldades, é isso que tem estado a acontecer, embora com sofrimento de muitos sectores da sociedade. A sociedade portuguesa é muito complexa e tem algumas coisas específicas. Por exemplo, os laços familiares ainda são uma almofada muito importante.

Não era de esperar que os sindicatos tivessem ganhado outro fôlego durante o período de maiores dificuldades dos portugueses e absorver as manifestações de associações?

Os sindicatos tiveram e têm - ou julgam que têm - o estatuto de primazia

relativamente ao panorama de ação colectiva e dos movimentos sociais. Porque representam o movimento operário.

Neste momento os nossos mais fortes não são os da função pública?

Exacto. No caso de Portugal, houve uma capacidade de influência muito grande e isso reforçou a ideia do próprio campo sindical de ocupar uma posição hegemónica dentro do protesto público. Por outro lado, também todos sabemos que há uma ligação mais ou menos fisiológica, mais ou menos orgânica, entre os sindicatos e forças políticas organizadas. E isso contou, por um lado, para dividir o campo sindical até hoje: CGTP e UGT. Por outro lado, a sociedade civil fora do campo sindical é fraca. Pode dizer-se que os movimentos sociais em Portugal, são fracos, desorganizados e dispersos. Existem muitas associações, mas têm pouca representatividade e isso também contribui para que o principal movimento que é o sindical olhe com alguma condescendência.

Porque não conseguiram os sindicatos capitalizar com a crise?

Foi um erro no início desta crise. O campo sindical poderia ter sido mais consistente e coerente na reaproximação a esses sectores. Teria sido um contributo para mais algum dinamismo, renovação, arejamento das estruturas. Houve alguns momentos em que isso aconteceu, mas não teve sequência, nem houve uma

readaptação orgânica. Mas esta questão da precariedade é tipicamente um dos campos que deviam ser os sindicatos a lidar com ele e a tentar responder.

É uma falha dos sindicatos?

Não é que essa preocupação não exista dentro do corpo sindical, se olharmos para os discursos dos dirigentes. Do ponto de vista discursivo é ponto-chave, mas não se tem passado do discurso à prática.

Na prática, os sindicatos são mais os defensores dos funcionários públicos?

Continua a privilegiar-se os sectores mais seguros da força de trabalho, porque daí também depende o campo sindical.

Ou seja, os sindicatos não são de toda a força de trabalho, são só de uma parte, dos seus filiados?

A realidade tem mostrado que os sindicatos estão muito mais dependentes quer do ponto de vista da sua sustentabilidade financeira, dos sectores mais seguros e estáveis do mercado de trabalho. Por outro lado, há uma dificuldade em organizarem os sectores precários por serem trabalhadores de vários sectores. Sem ser com o Governo e Parlamento, com quem é que os sindicatos vão negociar contractos colectivos de trabalho? Em todo o caso, nestes últimos tempos, são os mais jovens, mais

qualificados, mais precarizados e desorganizados e com salários mais baixos, que mais precisam de protecção.

Isso não tem a ver com o facto de a linguagem dos sindicatos não ser adequada às gerações que estão a entrar no mercado de trabalho, que não conhecem mais do que essa precariedade e flexibilidade?

Os sindicatos podiam fazer algo mais que têm feito para se aproximarem dos imigrantes, das mulheres, dos jovens precarizados, através, por exemplo, de mais formação e renovação dos seus quadros intermédios, dar mais visibilidade a jovens qualificados e em condição precária, por exemplo. Dar primazia ou pelo menos investir mais no activismo electrónico, que os dirigentes sindicais não têm aproveitado. Passa também por uma abertura maior para diálogo com outras associações. Mas há um ponto que faço questão de sublinhar: mesmo com todos os problemas que os sindicatos se debatem, a sua defesa e a sua revitalização é fundamental para mantermos a coesão da sociedade.

Deviam ter outro apoio financeiro do Estado?

É uma possibilidade. É polémico e discutível se seria bom, mas pelo menos encontrar formas de para certos sectores, camadas mais desprotegidas, de haver alguma discriminação positiva.

Disse, num artigo que escreveu juntamente com o prof. Hermes Costa para o PÚBLICO, que há uma grande necessidade de os sindicatos se rejuvenescerem. Além destas propostas que disse, que mais podem fazer? Ou os jovens parecem tão distantes do sindicalismo?

Há uma desinformação muito grande, nomeadamente nas camadas mais jovens, relativamente ao campo sindical. Há um panorama sindical que desaconselha qualquer tipo de aproximação ou de tentativa de filiação dos jovens, sobretudo se for um jovem precário. Há uma incorporação do medo no campo laboral; há muitos abusos dos pequenos poderes dentro da hierarquia; há um tecido empresarial composto por microempresas onde existem as relações de proximidade, os laços tutelares e a tal vigilância e controlo. Por isto tudo fica difícil. É como se as organizações nessas empresas ainda cultivassem uma atitude de paternalismo autoritário e o lado paternal não aceita com facilidade que os seus empregados vão procurar um sindicato. Até porque olham sempre para isso como uma atitude de procura de conflitualidade, de rejeição da colaboração. Essa cultura não desapareceu.

O mundo do trabalho é mais complexo. As relações laborais são mais flexíveis, os contractos atípicos ganham peso e a separação entre vida familiar e profissional é mais ténue. Como é que o sindicalismo

pode actuar neste contexto?

Nesse aspecto tem havido alguma evolução. Mas há ainda um desequilíbrio, porque há tradicionalmente há uma cultura de masculinidade dentro do campo sindical. Os grandes líderes são homens, mas até no movimento estudantil isso também se verifica. Na questão da divisão entre a vida familiar e a actividade profissional, há uma separação e ao mesmo tempo há uma conexão, uma interdependência muito evidente.

O 1º de Maio nasceu da necessidade de reduzir o tempo de trabalho.

Passados 130 anos muito mudou, mas o tempo de trabalho não continuará a ser um dos grandes desafio que temos pela frente?

Continua, porque há desemprego crescente. Há tecnologias que substituem em larga medida o esforço físico de trabalho e justificar-se-ia uma redução ou uma tendência para a redução dos horários de trabalho desde que o crescimento económico permitisse compensar isso. Estamos em transição deste modelo para outros que ainda não estão bem delineados. Haverá maior flexibilidade, que é uma tendência de futuro. Mas por outro lado, os horários só poderão ser reduzidos se a economia reanimar.

Sobre este tema, tendo em conta a discussão que se faz agora sobre a redução para as 35 horas na função

pública, devia ser para o sector privado?

Sou a favor. Aumentou-se o horário de trabalho de 35 para 40 horas e isso na maior parte dos serviços não se traduziu em benefícios correspondentes. Portanto, não me choca e por outro lado acho que essa é uma sinalização para o sector privado.

liliana.valente@publico.pt